

O Cocar e a Caneta: a luta intelectual indígena no Brasil dos militares

The Headdress and the Pen: the indigenous intellectual struggle in military Brazil

**Luís Gustavo Guerreiro
Moreira**

Diretor de pesquisa do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Brasil

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil
guguerreiro@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0914-2251>
<http://lattes.cnpq.br/0199111823847604>

Resumo: Este artigo analisa o papel dos intelectuais indígenas na resistência ao regime militar brasileiro e na construção do movimento indígena pós-ditadura. Destaca-se como eles utilizaram sua produção intelectual e ativismo para desafiar políticas repressivas, preservar culturas indígenas e lutar pela autodeterminação. O estudo examina a formação de movimentos de resistência, a influência na formulação de políticas públicas e o impacto na academia. Através de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura e análise documental, o artigo explora as contribuições de líderes como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Sônia Guajajara. Conclui-se que os intelectuais indígenas deixaram um legado duradouro, promovendo um diálogo intercultural, desafiando estruturas de poder estabelecidas e contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, com impactos que se estendem até o período pós-ditadura.

Palavras-chave: intelectuais indígenas; ditadura militar; resistência cultural; políticas públicas.

Abstract: This article analyzes the crucial role of indigenous intellectuals in resisting the Brazilian military regime and building the post-dictatorship indigenous movement. It highlights how these figures used their intellectual production and activism to challenge repressive policies, preserve indigenous cultures, and seek self-determination. The study examines the formation of resistance movements, their influence on public policy formulation, and their impact on academia. Through a qualitative approach based on literature review and document analysis, the article explores the contributions of leaders such as Ailton Krenak, Davi Kopenawa, and Sônia Guajajara. It concludes that indigenous intellectuals left a lasting legacy, promoting intercultural dialogue, challenging established power structures, and contributing to the construction of a less unequal and more inclusive society, with impacts extending into the post-dictatorship period.

Keywords: Indigenous intellectuals, Military dictatorship, Cultural resistance, Public policies.

Introdução

A ditadura militar no Brasil se caracterizou por uma política de segurança nacional que justificava a repressão sob a alegação de combate ao comunismo e à subversão, resultando na perseguição de opositores políticos, tortura, prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados. A censura à imprensa e outras formas de expressão cultural também foi uma prática comum, limitando severamente a liberdade de expressão e a participação democrática.

Os intelectuais desempenharam um papel crucial na resistência ao regime militar. Muitos se utilizaram de sua produção acadêmica, literária e artística para denunciar as violações de direitos humanos e lutar pela redemocratização do país. Universidades e instituições de pesquisa se tornaram espaços de contestação e resistência, onde se organizavam debates, publicações e movimentos que criticavam o governo militar. A atuação desses intelectuais foi fundamental para manter a resistência democrática, fornecendo um contraponto necessário à narrativa oficial propagada pelo regime. Entre os principais intelectuais perseguidos pela ditadura militar, destaca-se Paulo Freire, educador e filósofo conhecido por sua obra "Pedagogia do Oprimido", que foi preso e exilado por suas ideias consideradas subversivas (FREIRE, 1974). Florestan Fernandes, sociólogo e político, criticava a desigualdade social e a opressão, resultando em sua perseguição e exílio (FERNANDES, 1989). Caio Prado Júnior, historiador e político marxista, teve suas obras sobre a formação do Brasil vistas como ameaças ao regime (PRADO JÚNIOR, 1972). Celso Furtado, economista defensor do desenvolvimento econômico independente, foi exilado e suas obras censuradas (FURTADO, 1985). Milton Santos, geógrafo conhecido por suas críticas ao imperialismo e ao capitalismo global, foi preso e exilado (SANTOS, 1978). Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e futuro presidente do Brasil, sofreu perseguição e exílio devido às suas críticas ao regime militar (CARDOSO, 1977). Darcy Ribeiro, antropólogo e político, foi perseguido e exilado por suas ideias sobre educação e cultura indígena (RIBEIRO, 1979). Esses intelectuais, entre outros, enfrentaram prisões, exílios e censura, mas continuaram a contribuir para a resistência ao regime militar.

A ditadura militar brasileira não apenas silenciou a dissidência política e social, mas também buscou subjugar as vozes dos povos originários. Nesse contexto, surge a figura dos intelectuais indígenas, agentes de resistência e rememoração cultural que, mesmo

marginalizados e perseguidos, lutaram por seus direitos e pela preservação de suas identidades¹. Entre os nomes mais proeminentes no campo da luta de ideias, encontram-se Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Álvaro Tukano e Kaká Werá, cujas contribuições foram fundamentais para o fortalecimento do movimento indígena e a resistência cultural e política durante esse período.

"Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições", afirma Ailton Krenak (2019), ilustrando a profunda conexão entre os povos indígenas, suas tradições e o mundo natural – uma perspectiva que foi sistematicamente desafiada durante o ciclo desenvolvimentista da ditadura militar brasileira e que hoje se perpetua nos grandes projetos de infraestrutura e no avanço indiscriminado do agronegócio e da mineração. Krenak é amplamente reconhecido por sua atuação na articulação do movimento indígena. Em seu ativismo, denunciou as políticas de desenvolvimento implementadas desde a época da ditadura, que desconsideravam e marginalizavam os povos e culturas indígenas. Ele ressaltou a importância da voz indígena na luta contra a opressão e na reconstrução da identidade e cidadania indígenas: "A descoberta do Brasil pelos indígenas nas décadas de 1970 e 1980 representou a segunda descoberta do país, pois foi a partir desse momento que os indígenas passaram a reivindicar seu lugar na sociedade brasileira" (KRENAK, 2019: 248).²

Davi Kopenawa, um xamã Yanomami, tornou-se uma figura central na denúncia dos impactos devastadores das políticas governamentais sobre as comunidades indígenas. Sua obra "A queda do céu: palavras de um xamã yanomami", coescrita com Bruce Albert, é um testemunho poderoso que articula a resistência contra o etnocídio e a destruição ambiental promovida pela ditadura militar (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Kopenawa utiliza sua narrativa autobiográfica para destacar a importância da preservação cultural e da autonomia indígena.³

Álvaro Tukano também desempenhou um papel crucial na luta contra a aculturação forçada e a aliança entre o Estado e instituições religiosas durante o regime militar. Tukano

¹ Embora a expressão "intelectuais indígenas" tenha origens externas às comunidades indígenas, seu uso tem se disseminado, inclusive entre os próprios indígenas (Bergamaschi, 2014). Intelectuais indígenas podem ser definidos como membros de coletivos indígenas que possuem formação educacional formal ou acadêmica e que exercem papéis de assessores, líderes ou ativistas políticos e culturais dentro e fora de suas comunidades. Eles frequentemente navegam entre os mundos dos "brancos" e dos indígenas. Alguns se dedicam à preservação da "tradição cultural" e à promoção de maior autonomia política para suas comunidades.

² Ailton Krenak destacou-se na luta pelos direitos indígenas durante e após a ditadura militar, sendo uma figura central na articulação do movimento indígena e na denúncia das políticas de desenvolvimento que marginalizavam os povos indígenas.

³ Davi Kopenawa, líder Yanomami e autor de 'A Queda do Céu', tornou-se uma voz importante na denúncia dos impactos ambientais e culturais das políticas governamentais sobre as comunidades indígenas.

criticou a atuação dos missionários e do governo, que, segundo ele, visavam transformar os indígenas em “povos menores, de responsabilidade relativa” (TUKANO, 2018: 16). Sua liderança foi vital para a mobilização política e cultural dos povos indígenas, promovendo a autonomia e a autoafirmação.

Kaká Werá, por sua vez, destacou-se como um intelectual e escritor que utilizou a literatura como uma ferramenta política. Ele argumentou que a literatura indígena é uma forma de resistência e de luta pelos direitos e pela identidade dos povos indígenas. Werá afirmou que “a literatura indígena é uma maneira de usar a arte, a caneta, como uma estratégia de luta política” (JECUPÉ, 2019: 29), enfatizando a importância da autoexpressão cultural na luta contra a opressão.

A atuação desses líderes e intelectuais foi essencial para a resistência indígena contra a ditadura militar, promovendo a autoafirmação cultural, a defesa dos direitos territoriais e a luta contra o etnocídio. Suas obras e ações deixaram um legado duradouro na história do movimento indígena brasileiro, destacando a importância da voz e da autonomia indígena na construção de uma sociedade mais justa e plural.

O objetivo deste artigo é analisar a luta dos intelectuais indígenas durante a ditadura militar, suas estratégias de resistência e o legado deixado por suas ações. Pretende-se investigar como esses intelectuais utilizaram suas ferramentas de conhecimento e cultura para enfrentar as políticas repressivas do regime militar e defender os direitos dos povos indígenas. O estudo visa ainda compreender o impacto dessas estratégias na construção de uma política indigenista mais inclusiva e na promoção da autodeterminação dos povos indígenas no Brasil pós-ditadura. Além disso, o artigo busca destacar a importância dessas ações na preservação da identidade cultural indígena e na formação de redes de apoio e solidariedade que contribuíram para a resistência ao autoritarismo.

Este estudo emprega uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma extensa revisão de literatura e análise documental. É fruto de uma pesquisa histórico-interpretativa com elementos de análise crítica do discurso. A metodologia abrange uma revisão sistemática da literatura acadêmica sobre os movimentos indígenas no Brasil, com foco no período da ditadura militar e pós-ditadura, complementada por uma análise de fontes primárias, incluindo textos de intelectuais indígenas, relatórios governamentais e documentos legais. A análise crítica do discurso é aplicada para examinar as relações de poder e estratégias discursivas nos textos

produzidos por intelectuais indígenas e nas narrativas oficiais. O estudo também incorpora estudos de caso de figuras proeminentes como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Sônia Guajajara, além de uma análise comparativa das políticas indigenistas em diferentes períodos. Todo o trabalho é contextualizado dentro do panorama mais amplo da história brasileira e latino-americana, considerando movimentos sociais, lutas por direitos e transformações políticas.

Através de uma abordagem teórica crítica, pretende-se examinar como a atuação desses intelectuais influenciou o pensamento crítico contemporâneo sobre os direitos indígenas e a justiça social. Por fim, o artigo aspira a iluminar as contribuições desses atores para o movimento indígena contemporâneo, evidenciando suas lutas e conquistas no contexto histórico e político do Brasil.

Contexto histórico e político

As políticas desenvolvimentistas implementadas durante a ditadura militar se caracterizavam por um forte protagonismo estatal, com foco na industrialização e na atração de investimentos estrangeiros. O regime militar buscou integrar o Brasil ao capitalismo industrial global, utilizando a Teoria do Capital Humano como base para suas estratégias ⁴. O "milagre econômico" brasileiro, que ocorreu nas décadas de 1970, foi impulsionado por grandes obras de infraestrutura e pela expansão do setor industrial, mas também resultou em desigualdades sociais e regionais acentuadas.

Como se sabe, a ditadura militar no Brasil (1964-1985) instaurou uma série de Atos Institucionais que restringiram liberdades civis e aumentaram o controle militar sobre o governo. Em 1969, a junta militar promulgou a Emenda Constitucional nº 1, que consolidou várias medidas autoritárias e reforçou a intervenção estatal, especialmente nas terras indígenas.

A repressão durante a ditadura não se limitou aos opositores políticos tradicionais, mas se estendeu aos povos indígenas. O Relatório Figueiredo, redescoberto em 2012, revelou a extensão dos crimes cometidos contra os indígenas, incluindo massacres, torturas, remoções

⁴ A Teoria do Capital Humano, popularizada por Theodore Schultz na década de 1970, sugere que o investimento em educação e saúde aumenta a produtividade dos indivíduos, gerando retornos econômicos e contribuindo para o crescimento de um país. No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), essa teoria foi utilizada para justificar reformas educacionais e políticas econômicas, visando adaptar a força de trabalho às demandas do "milagre econômico". Apesar de sua ênfase na produtividade individual, a teoria é criticada por negligenciar fatores estruturais de desigualdade social.

forçadas e contaminação por doenças. Estima-se que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos durante este período

Instituições como a Guarda Rural Indígena (GRIN) e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak foram estabelecidas para vigiar e punir os indígenas. A GRIN, por exemplo, treinava jovens indígenas para policiar suas próprias comunidades, muitas vezes utilizando técnicas violentas e repressivas. Essas medidas visavam controlar e "integrar" os povos indígenas à força, suprimindo suas culturas e tradições

A situação dos povos indígenas durante a ditadura foi marcada por políticas de assimilação forçada e repressão violenta. O governo militar considerava os indígenas um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional. As terras indígenas eram frequentemente alvo de projetos de desenvolvimento, como a construção de estradas e barragens, que resultavam em deslocamentos forçados e destruição ambiental. Conforme Cláudia Zapata Silva:

Esses processos significaram a diversificação da população indígena, que se expressou mediante a crescente diferenciação social e a expansão geográfica (migração para as cidades). Foram mudanças que apagaram os pressupostos sobre os quais se sustentavam as políticas indigenistas, a saber, a imagem do índio rural, isolado, camponês, analfabeto ou de educação formal rudimentar. (ZAPATA SILVA, 2005: 71).

Raoni Metuktire, um dos principais líderes indígenas do país, alertou sobre as consequências dessas políticas: "Se a floresta morrer, nós também morreremos" (METUKTIRE, 2019)⁵. Raoni sublinhou a interdependência entre os povos indígenas e seus territórios, estendendo-a à humanidade como um todo, sendo frequentemente ignorado pelas políticas desenvolvimentistas do regime militar e do pós-ditadura.

A Funai, criada em 1967 para substituir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), continuou a política de tutela e controle dos indígenas, muitas vezes colaborando com interesses militares e empresariais.⁶ A militarização da política indigenista significou que a Funai se tornou uma ferramenta para a execução de políticas repressivas e de exploração econômica dos territórios indígenas

Apesar da repressão, surgiram diversos movimentos de resistência indígena durante a ditadura. Muitas comunidades indígenas organizaram-se para defender seus direitos e

⁵ Artigo de Raoni publicado pelo jornal inglês *The Guardian*, em 02 de setembro de 2019.

⁶ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada em 1967 para substituir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a missão de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

territórios. A resistência tomou várias formas, desde protestos e confrontos armados até estratégias legais e diplomáticas.

O caso dos Maxakali, por exemplo, é emblemático da resistência indígena. Em resposta à degradação de suas terras e à violência do SPI, os Maxakali se rebelaram, atacando propriedades de fazendeiros e exigindo melhores condições. Este e outros episódios de resistência forçaram o governo a reconsiderar algumas de suas políticas e, eventualmente, contribuíram para a redemocratização e reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988

A ditadura militar no Brasil foi um período de intensa repressão política e violência contra os povos indígenas. Apesar das tentativas do regime de controlar e assimilar à força essas comunidades, a resistência indígena, apoiada por intelectuais e ativistas, conseguiu manter a luta pelos direitos e reconhecimento dos povos originários. A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 representaram um avanço significativo, embora os desafios para os direitos indígenas continuem até hoje.

No decorrer da história brasileira moderna, os indígenas oscilaram em um pêndulo ideológico. Ora foram reconhecidos como aliados, membros de uma comunidade em pleno desenvolvimento, ora como inimigos a serem eliminados.

Como argumenta Benedict Anderson (2008), nos movimentos nacionalistas que dão origem aos países americanos como entidades políticas diferenciadas e separadas de suas respectivas metrópoles (principalmente Espanha, Portugal e Reino Unido), destaca-se o fato de serem constituídas tanto uma comunidade colonial como uma classe privilegiada. Segundo Anderson (2008), essa contradição marcará precisamente as suas lutas pela independência, pois de alguma forma tentarão manter aquele paralelo imaginário com os seus homólogos transatlânticos que as condições coloniais lhes negam. Está será a base para o tipo de Estado-nação que emerge na América Latina.

Assim, os “heróis” latino-americanos se sentirão obrigados a incluir em seu projeto de nação todos os grupos sociais nele inseridos, de acordo com os preceitos liberais da soberania popular e como forma de criar uma comunidade que transcenda os limites do Estado pré-existente. Daí a ideia de San Martín de “peruanizar” os indígenas, “considerando-os filhos e cidadãos do Peru” (ANDERSON, 2008: 87), de deixar de considerá-los como uma população com caráter especial para que façam parte da cidadania geral.

No contexto brasileiro, a concepção da nação como uma comunidade imaginada é profundamente influenciada pelas divisões socio raciais enraizadas desde o período colonial. Essa estrutura histórica molda definitivamente o pensamento das elites, incluindo setores militares, que frequentemente mantêm um sentimento oligárquico e uma aguda consciência de sua distinção em relação ao restante da sociedade. Tal mentalidade é um reflexo daquilo que Casanova (2003) denominou colonialismo interno, onde as elites nacionais reproduzem, dentro das fronteiras do país, relações de dominação similares às do período colonial⁷. Esse fenômeno perpetua desigualdades estruturais e dificulta a plena realização da cidadania para todos os segmentos da sociedade brasileira, evidenciando a persistência de práticas e ideologias coloniais mesmo após a independência formal do país. Utilizando a linha de raciocínio de San Martín, mas em relação ao Brasil, poderíamos dizer que o pensamento seria: “Vamos reconhecê-los como brasileiros, mas não tanto quanto nós, que somos os verdadeiros brasileiros”.

Para os militares, o pensamento colonial se refletirá na maneira como tentam construir o Brasil como nação. Trata-se de um paradoxo: afirmam a incorporação dos indígenas à “modernidade nacional”, da qual se autodenominam seus fundadores, ao mesmo tempo em que se beneficiam da herança desse mesmo colonialismo e tentam perpetuá-lo. Segundo Moreira (2021), no nacionalismo oficial forjado pelos militares, uma característica pode ser observada com mais ou menos intensidade: para se justificarem como fundadores da nação, os militares devem incorporar os elementos “gloriosos” da mitologia em torno do indígena, valendo-se de uma história que, na maioria das vezes, não é a sua. Segundo Egon Heck “A questão militar sempre esteve intrinsecamente imbricada com a questão indígena em nosso país. Compreender mais a fundo essas relações e suas consequências se torna imperativo para decifrar inúmeras situações de violência e extermínio de povos indígenas” (HECK, 2021: 218).

Esse projeto de construção nacional pelos militares se traduz em medidas concretas, como a instauração de Atos Institucionais que restringiram liberdades civis e aumentaram o controle militar sobre o governo. Em 1969, a junta militar promulgou a Emenda Constitucional nº 1, consolidando várias medidas autoritárias e reforçando a intervenção estatal, especialmente nas terras indígenas. Isso revela como a perpetuação do pensamento colonial e a tentativa de

⁷ Pablo González Casanova define o colonialismo interno como uma relação de exploração que se manifesta em diversas esferas da vida social, incluindo a política e a cultura, e que é essencial para compreender as desigualdades persistentes nas sociedades latino-americanas. Ele argumenta que “qualquer solução democrática deve considerar as relações de exploração e de colonialismo interno” para abordar a construção de uma sociedade mais justa e equitativa

controle sobre a narrativa histórica se materializam em ações políticas que impactam diretamente as populações indígenas.

A repressão durante a ditadura não se limitou aos opositores políticos tradicionais, mas se estendeu aos povos indígenas. O Relatório Figueiredo, redescoberto em 2012, revelou a extensão dos crimes cometidos contra os indígenas, incluindo massacres, torturas, remoções forçadas e contaminação por doenças. Estima-se que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos durante este período. O governo militar via com desconfiança as organizações de apoio aos indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ), acusando-as de subversão e de incitar a violência. Esses órgãos eram monitorados pelos órgãos de inteligência do regime, como o SNI (BICALHO, 2010: 142).

Instituições como a Guarda Rural Indígena (GRIN) e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak foram estabelecidas para vigiar e punir os indígenas. A GRIN, por exemplo, treinava jovens indígenas para policiar suas próprias comunidades, muitas vezes utilizando técnicas violentas e repressivas. Essas medidas visavam controlar e "integrar" os povos indígenas à força, suprimindo suas culturas e tradições.

Neste contexto de repressão e controle, o papel dos intelectuais na resistência se torna crucial. Durante a ditadura, intelectuais e acadêmicos, como antropólogos e ativistas, trabalharam para documentar e denunciar as atrocidades cometidas contra os povos indígenas. Personalidades como Darcy Ribeiro, os irmãos Villas-Bôas, e Francisco Meireles destacaram-se na defesa dos direitos indígenas. Essas figuras muitas vezes arriscaram suas vidas e carreiras para desafiar a narrativa oficial e proteger as comunidades indígenas de políticas opressivas.

Intelectuais Indígenas e os Primeiros Movimentos de Resistência

A emergência indígena no Brasil contemporâneo é um fenômeno que trouxe à tona a figura dos intelectuais indígenas como atores centrais na luta pelos direitos e pela visibilidade dos povos originários. Esses intelectuais desempenham um papel crucial na articulação e na comunicação das demandas indígenas, tanto no âmbito político quanto no acadêmico. Além disso, os primeiros movimentos de resistência indígena representam a base histórica sobre a qual se construíram essas reivindicações modernas.

Os intelectuais indígenas são indivíduos que, além de pertencerem a comunidades indígenas, atuam como mediadores culturais e políticos, articulando saberes tradicionais com conhecimentos acadêmicos e científicos. Eles são fundamentais na defesa dos direitos indígenas e na promoção de uma visão de mundo que valoriza a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Segundo Cláudia Zapata Silva:

Seguindo essas precisões, bastante esclarecedoras, quando aqui falarmos de intelectuais indígenas estaremos nos referindo a uma função específica desenvolvida por alguns membros desses grupos, função que consiste atualmente em fundamentar um projeto político que não é nacional nem de classe - exclusivamente - mas articulado em torno de uma identidade étnica. (ZAPATA SILVA, 2005: 66).

Ao examinar o surgimento e a influência dos intelectuais indígenas no Brasil, é importante considerar o impacto que personalidades carismáticas podem ter na formação de políticas e práticas indigenistas. Alcida Rita Ramos oferece uma perspectiva crítica sobre este fenômeno:

Trata-se de como o peso de certas personalidades do indigenismo brasileiro, pela força do carisma de suas personas públicas, as deixa à vontade para conceber ações de circunstância, muitas vezes motivadas por reações emotivas e que depois se transformam em práxis oficial. (RAMOS, 2007: 104).

A autora alerta para a complexidade da relação entre lideranças indígenas carismáticas e a formulação de políticas indigenistas. Por um lado, o carisma e a visibilidade dessas figuras podem ser instrumentais na mobilização de apoio e na sensibilização da sociedade para as questões indígenas. Por outro lado, existe o risco de que ações baseadas em reações emocionais ou circunstanciais se cristalizem em políticas oficiais sem a devida reflexão ou consulta às comunidades afetadas.

Neste contexto, o papel dos intelectuais indígenas se torna ainda mais decisivo. Eles não apenas representam suas comunidades, mas também têm a responsabilidade de mediar entre as necessidades imediatas e as implicações de longo prazo das ações propostas. Sua formação e posição lhes permitem analisar criticamente tanto as pressões externas quanto as dinâmicas internas dos movimentos indígenas, buscando equilibrar o poder mobilizador do carisma com a necessidade de políticas bem fundamentadas e sustentáveis.

A história dos povos indígenas é marcada pela resistência à colonização e às pressões assimilacionistas. Os intelectuais indígenas se destacam por sua capacidade de negociar com interlocutores agressivos e por desenvolverem estratégias de sobrevivência que equilibram suas necessidades com a preservação dos biomas nativos (MACIEL; PEREIRA; CHAPARRO, 2021;

KOPENAWA; ALBERT, 2015). Além disso, utilizam a escolarização e o acesso à educação superior como ferramentas para fortalecer suas culturas e buscar autonomia frente às instituições do Estado e da sociedade nacional.

Os intelectuais indígenas frequentemente criticam a noção ocidental de desenvolvimento, que tende a valorizar o crescimento econômico em detrimento das relações sociais e ambientais. Em vez disso, propõem a ideia de "envolvimento", que enfatiza a conexão e a interdependência de todos os elementos da vida. Linda Tuhiwai Smith destaca a importância de reposicionar os povos indígenas como sujeitos de investigação em vez de objetos, propondo uma abordagem descolonizadora da pesquisa que valoriza as perspectivas indígenas (SMITH, 2012). Esta perspectiva rejeita a visão antropocêntrica e sugere um ecocentrismo que valoriza a biodiversidade e a sustentabilidade.

Ailton Krenak aprofunda essa crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental e à fragmentação entre povos e culturas em outra de suas reflexões:

Essas ações, essas intervenções, acontecem no campo do saque daquilo que costumamos chamar de recursos naturais –a floresta, os rios, as montanhas. Eles estão exaurindo o campo das alianças. É como se você retirasse o oxigênio do planeta. É por isso que não dá para pensar que as alianças sejam possíveis entre todos esses diferentes mundos, essas humanidades e sub-humanidades, porque foram postas em diferentes mundos. Se outros mundos são possíveis, então precisamos continuar a perguntar sobre qual é a possibilidade de aliança entre esses mundos, porque, se não, eles serão sempre mundos divorciados. Precisamos pensar na possibilidade de mundos que sejam intercambiáveis, que possam se alternar em diferentes espaços e lugares, se não as fronteiras vão continuar sendo a marca mais brutal, mais anti-humana. Precisamos vazar essas fronteiras, feito uma peneira, para podermos transitar entre esses mundos. (KRENAK, 2016: 70)

Krenak ilustra como os intelectuais indígenas não apenas criticam o status quo, mas também propõem visões alternativas de coexistência e interconexão entre diferentes culturas e o meio ambiente. "Krenak reforça que se trata de uma monocultura de ideias – ou de saberes, como a concebe Boaventura de Sousa Santos. O sentido seria o da imposição de 'uma cultura só', da impossibilidade de se conceber pensamentos distintos do modelo ocidental de racionalidade e universalidade" (ASCENSO, 2021: 109)

Eles não apenas preservam conhecimentos tradicionais, mas também inovam e criam saberes a partir da interseção de suas tradições com conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos. Este processo é evidenciado pela crescente presença de indígenas em

programas de pós-graduação e pela produção de pesquisas que articulam suas visões de mundo com metodologias acadêmicas (BERGAMASCHI, 2014; MACIEL; PEREIRA; CHAPARRO, 2021).

A autoridade dos intelectuais indígenas deriva de sua imersão nas práticas culturais e espirituais de suas comunidades. Eles possuem o domínio de linguagens e conhecimentos que conectam seres humanos e não humanos, criando um entendimento holístico do mundo. Essa autoridade é reconhecida tanto dentro de suas comunidades quanto na academia, onde suas vozes começam a ser mais ouvidas e valorizadas.

Maria de Fátima Souza da Silveira, em sua tese "*Oprimidos, pero no vendidos: emergência indígena no Brasil contemporâneo*", discute a emergência desses intelectuais a partir da década de 1970, destacando atores como Ailton Krenak. Segundo Silveira (2023), Krenak é um exemplo de liderança que combina a militância política com a produção do conhecimento, desafiando as narrativas coloniais e promovendo a descolonização do saber. Ele e outros intelectuais indígenas utilizam suas plataformas para denunciar as injustiças históricas e contemporâneas sofridas pelos povos indígenas, enquanto articulam novas formas de resistência e sobrevivência cultural.

Claudia Zapata Silva (2005) caracteriza os intelectuais indígenas em três modalidades. Os intelectuais dirigentes são líderes que emergiram nos anos 1970 e 1980, com formação política vinculada a movimentos sociais e sindicais, e têm a função de articular demandas e negociar com o Estado e outros atores sociais. Os intelectuais profissionais são indígenas que adquiriram formação universitária em áreas como direito e antropologia, atuando como assessores técnicos de organizações indígenas ou em instituições estatais e não governamentais, fornecendo conhecimento especializado para apoiar os projetos e demandas dos povos indígenas. Por fim, os intelectuais críticos, que, além da formação acadêmica, desenvolvem uma produção intelectual própria. Eles utilizam ferramentas acadêmicas ocidentais para analisar e promover as culturas indígenas, distinguindo-se por sua postura crítica em relação à sociedade dominante e às próprias comunidades indígenas. Seu trabalho abrange a produção de textos acadêmicos, literários e políticos, nos quais refletem sobre a história, cultura e condições atuais dos povos indígenas, frequentemente questionando representações tradicionais e construindo novas narrativas que valorizam a agência indígena. Essas categorias, entretanto, não são rígidas, e muitos intelectuais indígenas podem combinar, ao longo de suas carreiras, elementos de liderança política, atuação profissional e produção intelectual crítica.

Silveira (2023) aponta que, durante a Ditadura Militar (1964-1985), os indígenas foram alvo de políticas genocidas que visavam à sua eliminação física e cultural. A resistência nesse período se manifestou através de alianças com movimentos sociais e organizações não governamentais, que apoiavam as lutas indígenas por demarcação de terras e reconhecimento de direitos.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a emergência de movimentos indígenas organizados marcou uma nova fase de resistência. A criação da União das Nações Indígenas (UNI) e a participação ativa de lideranças indígenas na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 foram momentos-chave nessa trajetória.⁸ Silveira (2023) destaca que esses movimentos não apenas reivindicavam direitos territoriais, mas também a autodeterminação e a valorização de suas culturas e modos de vida. A Constituição de 1988 representou um marco na luta indígena, reconhecendo pela primeira vez os direitos dos povos indígenas à sua cultura e aos seus territórios.

O líder indígena Marcos Terena teve importante participação na elaboração da Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 231 e 232, no capítulo intitulado “Dos Índios”. Marcos Terena foi um dos líderes de um movimento político indígena articulado a partir do gabinete do deputado Ulisses Guimarães, que presidiu os trabalhos encarregados de criar a Carta Magna do Brasil. Em entrevista, ele destaca o avanço representado pela Constituição de 1988 no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Ele explica que, apesar da ausência de representantes indígenas na Assembleia Constituinte, foi possível garantir “um importante avanço no reconhecimento dos povos originários como cidadãos e parte da sociedade brasileira” (TERENA, 2018).

Contudo, Marcos Terena afirma que, mesmo após mais de 30 anos, muitos direitos, como a demarcação de terras, ainda não foram plenamente garantidos. Ele critica o Congresso Nacional por nunca ter aceitado esses direitos e por frequentemente tentar “alterar alguns artigos para nos prejudicar – e com falsas promessas de melhoria de vida” (TERENA, 2018).

A emergência dos intelectuais indígenas e os primeiros movimentos de resistência são, portanto, interligados e mutuamente fortalecedores. A intelectualidade indígena utiliza a memória e a história oral dos movimentos de resistência para fundamentar suas reivindicações

⁸ A União das Nações Indígenas (UNI), criada em 1980, foi um marco na organização dos movimentos indígenas no Brasil, facilitando a articulação política e cultural entre diversas comunidades indígenas.

contemporâneas, enquanto sua luta política se beneficia da articulação e da visibilidade proporcionada por essas lideranças intelectuais.

A trajetória da resistência indígena no Brasil é uma história de luta contínua contra a invisibilização e o genocídio cultural. Esses intelectuais desempenham um papel crucial na articulação das demandas indígenas, utilizando suas plataformas para promover uma visão de mundo que valoriza a diversidade e a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, os movimentos de resistência oferecem uma base histórica e um legado de luta que fortalece as reivindicações contemporâneas.

Ação direta e organização de movimentos indígenas

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), os povos indígenas enfrentaram intensa repressão e marginalização. No entanto, a resistência indígena evoluiu significativamente, com os indígenas se organizando em movimentos para lutar por seus direitos e territórios. As terras indígenas eram frequentemente alvo de invasões por fazendeiros e grandes projetos de desenvolvimento, causando grande sofrimento. Entretanto, foi também durante esses anos que se formaram e se consolidaram importantes movimentos de resistência indígena, utilizando a ação direta como estratégia essencial. Ocupações de terras, protestos e manifestações desafiaram a política estatal de assimilação e reivindicaram a autodeterminação.

Os primeiros movimentos indígenas organizados surgiram em resposta direta às agressões e à expropriação de suas terras. Grupos como os Guarani Kaiowá e os Xavante lideraram várias ações de resistência. A União das Nações Indígenas (UNI), criada em 1980, A criação da UNI em 1980 representou um marco na história dos povos indígenas no Brasil. Este evento abriu novas possibilidades para que esses grupos assumissem maior controle sobre suas lutas. No entanto, a adoção de um modelo organizacional mais formal também trouxe desafios, pois introduziu conceitos de representatividade que eram estranhos às práticas tradicionais indígenas. Isso gerou preocupações sobre como essa nova estrutura poderia impactar as formas estabelecidas de tomada de decisão nas comunidades. (BRIGHENTI, 2021). O Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) surgiu como uma resposta à desarticulação da UNI, mobilizando lideranças e comunidades, facilitando a organização de assembleias e a promoção de estratégias de resistência (PATAXÓ, 2021).

Álvaro Tukano, uma das principais lideranças indígenas do Brasil, destaca a criação da UNI como uma estratégia de resistência à corrupção e tutela exercida pela Funai e o Estado brasileiro. Apesar das conquistas, ele observa que a Constituição de 1988, que inicialmente trouxe alegria aos povos indígenas, não foi plenamente aplicada. Tukano reflete que “nossa alegria durou pouco e logo percebermos que essa lei não estava sendo cumprida pelo Estado” (TUKANO, 2018).

Ele enfatiza que, embora os povos indígenas tenham conquistado direitos importantes com a Constituição, como a demarcação das terras indígenas, o governo continua a agir contra esses direitos. Para Tukano, “é muito difícil ser índio num país que diz ser civilizado, rico, enquanto nós morremos de malária, de desnutrição, de outras doenças e a voz do índio continua sem ser ouvida” (TUKANO, 2018).

No nordeste do Brasil, os Pataxó Hã-Hã-Hãe também lideraram significativas retomadas de terras. Com alianças estratégicas e um forte sentido de espiritualidade e união comunitária, conseguiram recuperar territórios perdidos e estabelecer novas aldeias. As estratégias incluíam desde a organização de assembleias até ações diretas, como a expulsão de invasores com o uso de foguetes para intimidá-los (PATAXÓ, 2021).

A resistência indígena durante a ditadura militar teve um impacto duradouro. Além de conquistar a demarcação de várias terras indígenas, esses movimentos influenciaram a Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos dos povos indígenas de se organizarem e terem suas terras demarcadas. As mobilizações indígenas não apenas desafiaram a repressão militar, mas também lançaram as bases para uma luta contínua pelos direitos e pela autonomia dos povos indígenas no Brasil.

A ação direta e a organização dos movimentos indígenas durante a ditadura militar foram fundamentais para a proteção e recuperação de terras indígenas. Protagonistas como a UNI, o CAPOIB e diversos líderes comunitários desempenharam papéis essenciais nessa luta. As estratégias variaram de assembleias organizativas a projetos inovadores como o Gado M+, todas convergindo para a resistência e a reivindicação de direitos. O legado dessas lutas é visível nas conquistas territoriais e no reconhecimento constitucional dos direitos indígenas, que continuam a inspirar movimentos de resistência e autonomia.

Organizações como a União das Nações Indígenas (UNI) emergiram como importantes forças de mobilização. A UNI, fundada em 1980, foi crucial na unificação de várias etnias em

torno de objetivos comuns, como a demarcação de terras e a preservação de culturas. A articulação de lideranças indígenas, que se destacaram por suas habilidades de negociação e liderança, foi fundamental para consolidar esses movimentos (BENÍTEZ TRINIDAD, 2015).

Com a repressão estatal e a falta de apoio institucional, os povos indígenas buscaram redes de apoio alternativas. As comunidades religiosas, especialmente a Igreja Católica através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desempenharam um papel vital. O CIMI forneceu suporte logístico, jurídico e moral aos indígenas, ajudando a amplificar suas demandas e protegê-los contra a violência estatal.

Além das organizações religiosas, os indígenas também contaram com o apoio de ONGs e grupos de direitos humanos. Essas entidades ofereceram recursos para a formação de lideranças e promoveram campanhas de sensibilização sobre as questões indígenas. A criação de redes de comunicação, incluindo jornais e boletins próprios, permitiu que os indígenas se articulassem e disseminassem informações de maneira mais eficaz (BENÍTEZ TRINIDAD, 2015).

A construção de alianças com movimentos sociais e intelectuais não-indígenas foi outro aspecto crucial da resistência indígena. A colaboração com movimentos como o dos trabalhadores rurais e ambientalistas fortaleceu a luta indígena, unificando diferentes setores da sociedade em torno de causas comuns, como a reforma agrária e a proteção ambiental.

Intelectuais e acadêmicos também desempenharam um papel importante. Pesquisadores e ativistas como Darcy Ribeiro e Eduardo Viveiros de Castro usaram suas plataformas para defender os direitos indígenas e criticar as políticas do governo. Esses intelectuais ajudaram a legitimar as demandas indígenas e a promover a conscientização sobre a importância das culturas indígenas (SILVEIRA, 2013).

A resistência dos povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil foi marcada por uma notável capacidade de organização e mobilização. Através da ação direta, da construção de redes alternativas de apoio e das parcerias com movimentos sociais e intelectuais, os indígenas conseguiram desafiar a opressão estatal e lutar pela preservação de seus direitos e culturas. Essas estratégias não apenas fortaleceram os movimentos indígenas, mas também deixaram um legado duradouro na luta por justiça social e reconhecimento no Brasil.

Contribuições para a Construção de um Movimento Indígena Pós-Ditadura

O movimento indígena no Brasil sofreu uma transformação significativa após a ditadura militar, com os intelectuais indígenas desempenhando um papel crucial nesse processo. Eles ajudaram a construir um movimento coeso e articulado, capaz de reivindicar direitos e influenciar políticas públicas.

Após o fim da ditadura, os intelectuais indígenas se engajaram na luta pela demarcação de terras, direitos culturais e autonomia política. Eles utilizaram a escolarização como uma ferramenta para fortalecer suas comunidades e buscar reconhecimento legal e institucional (MACIEL; PEREIRA; CHAPARRO, 2021).

A formação de associações e organizações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), foi fundamental para a mobilização e articulação política. Essas organizações foram lideradas por intelectuais indígenas que promoveram a conscientização sobre os direitos indígenas e a importância da preservação cultural.

Os intelectuais indígenas também desempenharam um papel importante na elaboração da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos dos povos indígenas à terra, à cultura e à autodeterminação. Este marco legal foi um resultado direto da mobilização e do ativismo liderado por intelectuais indígenas.

A influência dos intelectuais indígenas nas políticas públicas e no reconhecimento dos direitos indígenas é fundamental. Eles conseguiram inserir suas demandas na agenda política nacional, promovendo mudanças significativas nas políticas públicas.

A demarcação de terras indígenas foi uma das principais conquistas dos intelectuais indígenas. Eles utilizaram argumentos legais, antropológicos e ambientais para defender a demarcação como um direito fundamental para a sobrevivência e a sustentabilidade de suas comunidades (MACIEL; PEREIRA; CHAPARRO, 2021). Arturo Escobar argumenta que as alternativas locais ao desenvolvimento devem ser reconhecidas e validadas, pois a perspectiva pós-desenvolvimentista chama atenção para o valor dos conhecimentos e modos de vida não ocidentais (ESCOBAR, 1995).

Os intelectuais indígenas também influenciaram a criação de políticas públicas voltadas para a educação indígena. Eles defenderam a inclusão de currículos que respeitassem e valorizassem as culturas indígenas, promovendo uma educação bilíngue e intercultural.⁹

Além disso, eles desempenharam um papel fundamental na promoção de políticas de saúde específicas para as populações indígenas. Eles destacaram a importância de considerar as práticas de saúde tradicionais e a necessidade de garantir acesso adequado aos serviços de saúde.

Ao analisar a interação entre os movimentos indígenas e o Estado, é importante reconhecer as limitações de uma abordagem puramente formal. Como observa Alcida Rita Ramos:

Se, por um lado, analisar o Estado do ponto de vista formal tem a virtude de estabelecer a ossatura dentro da qual se desenrola o político (...) por outro lado, essa visão cria o seu próprio ponto cego ao ignorar as 'ininteligibilidades' ou, como diria Malinowski, os imponderáveis do vivido. (RAMOS, 2007: 111).

Esta perspectiva apresentada por Alcida Ramos ressalta a importância de considerar não apenas as estruturas formais do Estado, mas também as experiências vividas e as realidades cotidianas dos povos indígenas na formulação e implementação de políticas públicas. Os intelectuais indígenas, com seu conhecimento tanto das estruturas estatais quanto das realidades de suas comunidades, desempenham um papel crucial na navegação desses "imponderáveis do vivido", buscando traduzir as necessidades e aspirações de seus povos para a linguagem das políticas públicas.

Os pensadores indígenas estão deixando sua marca na produção acadêmica atual. Muitos trazem ideias e métodos enraizados em seus saberes ancestrais e visões de mundo. Sua contribuição oferece uma perspectiva integrada e interligada da realidade, que contrasta com a tendência ocidental de compartimentalizar o conhecimento. Isso provoca choques culturais com a sociedade envolvente, com repercussões políticas importantes.

O escritor indígena Kaká Werá Jecupé reflete sobre a contribuição dos povos nativos à história e cultura do Brasil, destacando que "a complexidade de contribuições indígenas para o mundo é minimizada na história oficial, contada do ponto de vista ocidental" (JECUPÉ, 2019). Ele critica a narrativa dominante que apaga ou diminui a influência indígena em aspectos como

⁹ A educação intercultural e bilíngue defendida pelos intelectuais indígenas visa respeitar e valorizar as culturas indígenas, promovendo a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural no sistema educacional brasileiro.

a construção de cidades, espiritualidade e hábitos alimentares, apontando as diferenças entre o que é relatado nos livros didáticos e a realidade indígena.

A crítica ao desenvolvimento ocidental e a proposta de "envolvimento" são exemplos de como os intelectuais indígenas estão moldando a produção intelectual contemporânea. Eles estão introduzindo novas formas de pensar sobre sustentabilidade, relações sociais e políticas públicas, que valorizam a interdependência e a harmonia com a natureza (KRENAK, 2019).

A emergência dos intelectuais indígenas no Brasil pós-ditadura marca uma transformação significativa na luta pelos direitos e pelo reconhecimento das populações indígenas. Esses intelectuais desempenham um papel crucial na construção de um movimento indígena que não só desafia as estruturas de poder estabelecidas, mas também enriquece as políticas públicas e a produção intelectual contemporânea. Ao longo das últimas décadas, esses líderes têm influenciado decisivamente a academia e a formulação de políticas públicas, trazendo novas perspectivas e metodologias que fomentam um diálogo intercultural essencial para o avanço do conhecimento científico e da justiça social.

Os anos que seguiram a ditadura militar brasileira foram caracterizados por um ressurgimento das identidades indígenas e uma rearticulação dos movimentos de resistência. A Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos dos povos indígenas de se organizarem e terem suas terras demarcadas, foi um marco fundamental nesse processo. Intelectuais indígenas, muitos dos quais haviam sido formados em contextos de repressão e luta, emergiram como vozes influentes na defesa desses direitos.

Os intelectuais indígenas desempenharam um papel essencial na formulação de políticas públicas voltadas para os direitos indígenas. A partir da Constituição de 1988, diversas políticas foram implementadas para garantir a proteção das terras indígenas e a promoção de sua cultura. Essas políticas foram muitas vezes inspiradas e moldadas pelas demandas e pelos conhecimentos tradicionais articulados por líderes indígenas.

Destaca-se a importância desses líderes na articulação política e na mobilização social. Os movimentos indígenas conseguiram não apenas conquistar a demarcação de terras, mas também influenciar significativamente as políticas públicas através de uma participação ativa e contínua. Exemplos de políticas influenciadas por intelectuais indígenas incluem a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e programas de educação intercultural.

Na academia, os intelectuais indígenas têm promovido uma revolução epistemológica, desafiando os paradigmas estabelecidos e introduzindo novas formas de conhecimento. A presença desses intelectuais nas universidades brasileiras tem sido fundamental para a inclusão de perspectivas indígenas nos currículos e na pesquisa acadêmica.

A inclusão de intelectuais indígenas na academia não apenas amplia o campo de estudo das ciências sociais, mas também provoca uma reflexão crítica sobre as metodologias e os objetivos da pesquisa. Essa inserção tem levado à valorização dos conhecimentos tradicionais e à incorporação de métodos de pesquisa participativos e colaborativos, que respeitam e valorizam a autonomia e as perspectivas das comunidades indígenas.

A elaboração dos saberes indígenas abrange uma vasta gama de áreas, incluindo literatura, antropologia, história e estudos ambientais. Ela não apenas documenta as histórias e as culturas indígenas, mas também oferece novas formas de entender e abordar questões sociais e ambientais.

Os intelectuais indígenas trazem para o debate acadêmico e político perspectivas que são frequentemente negligenciadas ou marginalizadas. Eles promovem uma visão holística e integrada do mundo, que valoriza a interconexão entre os seres humanos e a natureza. Essa visão contrasta com as abordagens fragmentadas e mecanicistas que predominam na ciência ocidental.

A metodologia de pesquisa participativa, que envolve as comunidades indígenas na definição e condução das pesquisas, é um exemplo de como as perspectivas indígenas estão transformando a academia. A pesquisa participativa não apenas valoriza o conhecimento indígena, mas também empodera as comunidades, permitindo-lhes controlar o uso e a aplicação desse conhecimento.

O diálogo intercultural promovido pelos intelectuais indígenas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse diálogo desafia as hierarquias de poder e promove a igualdade e o respeito mútuo.

O diálogo intercultural é uma ferramenta essencial para a construção de políticas públicas que sejam verdadeiramente inclusivas e representativas. Ao promover o respeito pelas diferentes culturas e formas de conhecimento, os intelectuais indígenas contribuem para a criação de um ambiente onde a diversidade é valorizada e celebrada.

Davi Kopenawa é um dos mais influentes intelectuais indígenas do Brasil. Como líder Yanomami, ele tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos de seu povo e na preservação da Amazônia. Sua obra "A Queda do Céu" é um testemunho poderoso da cosmologia Yanomami e um chamado à ação para proteger a floresta e seus habitantes.

Kopenawa tem influenciado tanto a política ambiental quanto a academia, promovendo uma visão integrada da natureza que desafia as práticas destrutivas da mineração e do desmatamento. Embora pareça óbvio, ele sempre reafirma que proteger a floresta é proteger a vida, não apenas dos Yanomami, mas de toda a humanidade. O faz como um mantra para protestar contra as práticas predatórias da extração de madeira e dos garimpos.

Ailton Krenak é outro intelectual indígena de destaque, conhecido por suas contribuições à política e à filosofia. Sua obra "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" oferece uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento ocidental e propõe alternativas baseadas nos conhecimentos tradicionais indígenas.

Krenak tem sido um defensor incansável dos direitos indígenas e um crítico das políticas de desenvolvimento que desrespeitam a natureza e as culturas tradicionais. Ele argumenta que "a sabedoria indígena oferece respostas para muitos dos problemas que enfrentamos hoje, desde a crise ambiental até a crise de valores" (KRENAK, 2019: 102).

Sônia Guajajara é uma líder indígena e ativista política que tem desempenhado um papel crucial na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. Como coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ela tem sido uma voz poderosa na defesa das terras indígenas e na denúncia das violações de direitos humanos.

Os intelectuais indígenas no Brasil pós-ditadura desempenham um papel crucial na construção de um movimento indígena que não só desafia as estruturas de poder estabelecidas, mas também enriquece as políticas públicas e a produção intelectual contemporânea. Suas contribuições têm um impacto profundo na academia, nas políticas públicas e na sociedade em geral. Ao promover um diálogo intercultural, esses intelectuais colocam em pauta debates sobre meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cultura, história e memória. A valorização e o reconhecimento dessas vozes são essenciais para o avanço do conhecimento científico e para a criação e aperfeiçoamento de políticas que respeitem e protejam os direitos dos povos indígenas.

Não foi à toa que os indígenas foram um dos principais alvos de ataques das forças de ultradireita no país, especialmente no governo de militares comandado por Bolsonaro. Durante o governo de Jair Bolsonaro, houve uma clara intensificação das tensões entre o Estado e os povos indígenas. Os discursos do presidente e de seus generais no governo, especialmente, Augusto Heleno, Braga Neto, Pazuelo e o aliado Senador Hamilton Mourão, frequentemente minimizavam a importância dos direitos indígenas e promoviam políticas que favoreciam a exploração econômica das terras indígenas, em detrimento da preservação ambiental e dos direitos desses povos. Intelectuais indígenas, como Sônia Guajajara e Davi Kopenawa, tornaram-se alvos de ataques não só retóricos, mas também institucionais, à medida que o governo buscava deslegitimar suas reivindicações e enfraquecer as proteções legais às terras indígenas (DOMINGOS NETO; MOREIRA, 2021).

O governo Bolsonaro também enfraqueceu instituições essenciais para a defesa dos direitos indígenas, como a então Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As nomeações de figuras alinhadas com a agenda de desregulamentação e exploração dos recursos naturais e direitos indígenas para cargos-chave nessas instituições exacerbaram os conflitos. A diminuição do orçamento e das operações de fiscalização contribuíram para o aumento das invasões e da violência nas terras indígenas. Os recursos eram transferidos para Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), transferidos às Forças Armadas para que executassem de forma insidiosa atividades de atribuição desses órgãos, deliberadamente sucateados. O problema com o Yanomami ganhou contornos ainda mais dramáticos nesse período.

Essa situação gerou uma resposta intensa dos movimentos e intelectuais indígenas, que passaram a atuar ainda mais fortemente na esfera pública e política, denunciando as violações de direitos humanos e ambientais em fóruns nacionais e internacionais. Os esforços desses intelectuais têm sido essenciais para chamar a atenção do mundo para a crise enfrentada pelos povos indígenas no Brasil e para mobilizar apoio internacional.

A tensão entre o governo Bolsonaro e os povos indígenas também se refletiu na tentativa de aprovação de medidas legislativas prejudiciais, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transferia a competência para demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo. Os intelectuais indígenas desempenharam um papel crucial na articulação de campanhas contra essas medidas.

Ao mesmo tempo, a resistência indígena e de seus intelectuais fortaleceu a coesão e a visibilidade do movimento indígena. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por exemplo, tornou-se uma plataforma fundamental para a mobilização e a defesa dos direitos indígenas. A coordenação de ações legais, políticas e sociais contra as políticas do governo Bolsonaro mostrou a força e a resiliência dos movimentos indígenas.

Os intelectuais indígenas no Brasil pós-ditadura têm sido atores cruciais na construção de um movimento indígena robusto e influente. Em tempos de adversidade, como durante o governo Bolsonaro, eles se destacaram como defensores incansáveis dos seus direitos, enfrentando inimigos poderosos para proteger suas terras, culturas e vidas. Suas ações e contribuições continuam a influenciar no panorama político e intelectual do Brasil, promovendo um diálogo intercultural vital para a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Conclusão

O artigo examina a relação intrincada entre o movimento indígena, notadamente a intelectualidade indígena, revelando como a luta por reconhecimento e autonomia se manifesta em diferentes esferas. A repressão e o etnocídio intensificados durante o regime militar serviram como catalisador para a organização e o ativismo indígena, culminando na emergência do movimento indígena brasileiro nos anos 1970. Diante da ameaça à sua existência física e cultural, povos indígenas, lideranças e intelectuais uniram-se para desafiar o discurso hegemônico de "progresso" e "civilização" que justificava a invasão e a exploração predatória de seus territórios.

O papel dos intelectuais indígenas foi fundamental não apenas na resistência às políticas repressivas do regime militar, mas também na preservação cultural e na busca pela autodeterminação dos povos indígenas, deixando um legado duradouro que transcende o período ditatorial.

Figuras proeminentes como Raoni, Metuktire, Sônia Guajajara, Marcos Terena, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Álvaro Tukano e Kaká Werá emergiram como vozes centrais na luta contra a repressão e a violência institucional. Através da produção literária, do ativismo político e da articulação de movimentos, esses intelectuais não apenas denunciaram as atrocidades cometidas pelo regime, mas também buscaram reconhecimento e proteção para seus povos. A

resistência indígena se manifestou em diversas formas, desde protestos e ocupações de terras até estratégias legais e diplomáticas, culminando na criação de organizações fundamentais como a UNI e o CAPOIB.

O impacto da produção intelectual indígena se estendeu muito além do período da ditadura, influenciando decisivamente na formulação de políticas públicas no período pós-ditadura. Sua participação foi crucial na elaboração da Constituição de 1988, que reconheceu os direitos dos povos indígenas à terra, cultura e autodeterminação. Além disso, eles deixaram marcas profundas nas políticas de educação e saúde, promovendo currículos interculturais e bilíngues, e destacando a importância das práticas de saúde tradicionais.

No âmbito acadêmico, os intelectuais indígenas trouxeram novas perspectivas e metodologias, desafiando paradigmas estabelecidos e promovendo um diálogo intercultural que enriqueceu as ciências sociais e humanas. Sua crescente presença em programas de pós-graduação e na produção de pesquisas acadêmicas evidenciou a importância de suas contribuições para o conhecimento científico e a justiça social.

O legado desses intelectuais se caracteriza pela mediação cultural entre suas tradições e a sociedade dominante, pela preservação e revitalização de conhecimentos ancestrais, e pela crítica e reinvenção dos sistemas de conhecimento ocidentais. Ao desafiar a dualidade homem-natureza, eles propuseram uma perspectiva ecocêntrica que valoriza a biodiversidade e a sustentabilidade, fundamentada em uma visão de mundo integrada e interdependente.

A resistência e a adaptabilidade dos intelectuais indígenas se manifestaram no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência que equilibram necessidades humanas com a preservação dos biomas nativos. A utilização da escolarização e da educação superior como ferramentas para fortalecer suas culturas e buscar autonomia demonstra a capacidade desses intelectuais de navegar entre diferentes mundos, preservando sua identidade enquanto se engajam com a sociedade nacional.

Os intelectuais indígenas têm desempenhado um papel fundamental na promoção de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Sua visão holística da natureza, enraizada em conhecimentos ancestrais, continua a desafiar práticas exploratórias e destrutivas, propondo alternativas que respeitam o equilíbrio ecológico e os saberes tradicionais. Como observa Sônia Guajajara: "Sem o nosso cuidado com o meio

ambiente, a crise climática se agravaria." Esta afirmação ressalta o papel crucial dos povos indígenas na preservação ambiental e na mitigação das mudanças climáticas.

O projeto intelectual e político desses pensadores indígenas vai além da mera crítica ao modelo de desenvolvimento dominante. Como aponta Marimán Quemenedo: "O tema abordado inspira-se na convicção de que todo processo de libertação - e, portanto, de descolonização cultural - deve partir da reafirmação e atualização da cultura própria (...)" (apud ZAPATA SILVA, 2005: 82). Esta perspectiva enfatiza que a luta por direitos e reconhecimento está intrinsecamente ligada à revitalização e valorização das culturas indígenas.

Assim, o legado desses intelectuais não se limita à esfera ambiental à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico e pensamento político herdado no período militar, mas se estende a um projeto mais amplo de descolonização do pensamento e das práticas sociais. Ao articular saberes tradicionais com conhecimentos contemporâneos, eles não apenas propõem alternativas sustentáveis, mas também desafiam as estruturas de poder estabelecidas, promovendo uma visão de mundo mais inclusiva e ecologicamente responsável.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ASCENSO, João Gabriel da Silva (2021). Alianças afetivas contra a tragédia da paisagem unívoca: um olhar sobre o pensamento de Ailton Krenak. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFRJ*, v. 6, n. 2, p. 59-87. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6577/657769472006>. Acesso em: 16 set. 2024.
- BENÍTEZ TRINIDAD, Carlos. *A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar*. Anuário Antropológico. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2986>.
- BERGAMASCHI, M. A (2014). Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus, Campo Grande*, n. 26, p. 11-29, jan./jul.

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida (2014). Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. *Tellus*, Ano 14, N° 26, Campo Grande, pp. 11-29.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos (2010). *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília.
- BRIGHENTI, C. A., & HECK, E. D. (Orgs.). (2021). *O movimento indígena no Brasil: Da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.
- BRIGHENTI, C. A., & HECK, E. D. (2021). Documentos e memória: Fragmentos dos documentos finais de algumas das primeiras assembleias indígenas e outras manifestações. Em C. A. Brighenti & E. D. Heck (Orgs.), *O movimento indígena no Brasil: Da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1977). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASANOVA, Pablo González (2003). *Colonialismo interno: uma redefinição*. Disponível em: https://conceptos sociales.unam.mx/conceptos_final/412trabajo.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.
- CHAPARRO, Y. L (2019). *Este é nosso corpo, a terra: caminhos e palavras Avá Guarani/Ñandeva de Porto Lindo (Jakarey) Yvy Katu para além do fim do mundo*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2019.
- DOMINGOS NETO, M.; MOREIRA, L. G. G (2021). *Bolsonaro e os índios. Os militares e a crise*. I ed. São Paulo: Alameda, v. I, p. 89-106.
- ESCOBAR, Arturo (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press.
- FERNANDES, Florestan (1989). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Zahar.
- FREIRE, Paulo (1974). *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (1985). *A fantasia organizada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HECK, E. D. (2021). Repressão e tutela nas políticas indigenistas da Ditadura Militar: O indígena é o inimigo. Em C. A. Brighenti & E. D. Heck (Orgs.), *O movimento indígena no Brasil: Da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.
- JECUPÉ, Kaká Werá (2019). *Literatura indígena brasileira: origens, desenvolvimento e importância*. MultiRio. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15026-literatura-ind%C3%ADgena-brasileira-origens,-desenvolvimento-e-import%C3%A2ncia>. Acesso em: 13 set. 2024.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, A (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, A (2017). “Alianças vivas” (Entrevista realizada por Pedro Cesarino). In: Krenak, Ailton. Ailton Krenak: Coleção Tembetá. Cohn, Sergio; Kadiwel, Idjahure (orgs.), Rio de Janeiro, Brasil: Azougue.

- MACIEL, J. C.; PEREIRA, L. M.; CHAPARRO, Y. L. (2021). Na potência do envolvimento: palavras de intelectuais indígenas. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 21, n. 44, p. 133-158, jan./abr.
- METUKTIRE, Raoni (2019). The destruction of the Amazon threatens all life on Earth. We must act now. *The Guardian*, 2 set. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/sep/02/amazon-destruction-earth-brazilian-kayapo-people>. Acesso em: 12 set. 2024.
- MOREIRA, L. G. G.; DOMINGOS NETO, M (2022). *Bolsonaro, the last colonizer*. LATIN AMERICAN PERSPECTIVES.
- MOREIRA, L. G. G (2022). *Entre o Desenvolvimento e a (Re)Existência: Os Militares e a Exploração das Terras Indígenas*. <https://doi.org/10.20873/stmmta2022-5,2-1>, v. 5, p. 1-15.
- MOREIRA, Luís Gustavo Guerreiro; ASSIRATI, Maria Augusta (2020). O poder contra os povos. *Tensões Mundiais / World Tensions*, v. 15, p. 97-118.
- MOREIRA, Luís Gustavo Guerreiro (2021). *O militar e o índio: a influência das Forças Armadas na política indigenista brasileira* [recurso eletrônico] / Luís Gustavo Guerreiro Moreira. – 274 f.: il.
- PATAXÓ, Nailton. (2021). Relatando utopias: O movimento indígena no Brasil narrado pelos protagonistas. Em C. A. Brighenti & E. D. Heck (Orgs.), *O movimento indígena no Brasil: Da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1972). *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- QUIJANO, Aníbal (2000). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- RAMOS, Alcida Rita (2007). Uma Crítica da (Des)Razão Indigenista. *Anuário Antropológico* [online], 32(1), 95-115. Acesso em 18 de Setembro de 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599866426004>
- RIBEIRO, Darcy (1979). *O processo civilizatório*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Milton (1978). *Espaço e sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- SILVA, Claudia Zapata (2005). *Origen y función de los intelectuales indígenas*. Cuadernos interculturales 3.4: 65-87.
- SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da (2023). *“Oprimidos, pero no vendidos”: emergência indígena no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SMITH, Linda Tuhiwai (2012)). *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Zed Books.
- TERENA, Marcos (2018). Congresso nunca aceitou nossos direitos, diz líder indígena Marcos Terena. *Ponte Jornalismo*. Disponível em: <https://ponte.org/congresso-nunca-aceitou-nossos-direitos-afirma-lider-indigena-marcos-terena/>. Acesso em: 13 set. 2024.
- TUKANO, Álvaro (2018). *Álvaro Tukano conta a luta dos povos indígenas no Brasil. Suplemento Pernambuco*. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/acervo/in%C3%A9ditos/2156-%C3%A1lva>



ro-tukano-conta-a-luta-dos-povos-ind%C3%ADgenas-no-brasil.html. Acesso em: 13 set. 2024.

